

É hora de rever o modelo de financiamento da segurança pública no Brasil

Repasses federais priorizam armar as polícias e ignoram políticas públicas focadas em melhorias de gestão, informação e abordagem multidisciplinar

Guilherme Abdallah Mundim
24 de setembro de 2019

ISAAC AMORIM/MJSP



Em 2018, o Ministério da Justiça e Segurança Pública gastou R\$14 bilhões; do total de recursos conveniados, 50,8% foram alocados para a compra de armamentos e viaturas

A capacidade de prover financiamentos é um dos principais instrumentos do Governo Federal para atuar na política de segurança pública. A Lei nº 13.675/18 confere à União a responsabilidade de “elaborar as formas de financiamento e gestão das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social”. A União não é a gestora das formas de financiamento, mas também uma das principais financiadoras das políticas de segurança pública, aumentando a dependência dos entes em relação aos recursos federais na área. Conhecer o caminho do dinheiro ajuda a entender os objetivos e visões daqueles que definem a política de segurança.

A União possui duas principais formas de atuar. A primeira é por meio de repasses diretos entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública para Estados e Municípios. As principais fontes desse recurso são o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário. Em 2018, os gastos do Ministério foram de R\$14 bilhões, dos quais apenas 6% foi alocado aos fundos, enquanto aproximadamente 86% foram destinados à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal.

A edição nº 6 do Fonte Segura apresentou um balanço dos 234 novos convênios celebrados pelo Ministério e entes federados no primeiro semestre de 2019 no âmbito da segurança pública. Do total de recursos conveniados, 50,8% estão alocados para a compra de armamentos e viaturas.

O segundo caminho se dá pelas instituições financeiras públicas, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A partir do portal da transparência do banco, é possível identificar que entre 2009 e 2019 há apenas

quatro projetos identificados na linha de programa de “segurança” ainda ativos. Estes somam um valor de aproximadamente R\$ 588 milhões. Após análise, verifica-se que 68% do valor foi destinado à construção de presídios, delegacias e outras estruturas policiais.

Uma das principais iniciativas da União para ampliar o financiamento da segurança foi o programa BNDES Pro-segurança, lançado em 2018. Seu objetivo era “promover a equipagem das forças de segurança dos Estados, Distrito Federal e Municípios.” O BNDES financiaria os entes subnacionais para a compra de itens previamente licitados e indicados em atas de registro de preço da Secretária Nacional de Segurança Pública. Na cerimônia de lançamento do programa foi anunciado que seriam alocados R\$ 10 bilhões no projeto. Até o momento não houve qualquer desembolso.

Diante do exposto, ao analisar os financiamentos como instrumento de fomento, é possível perceber que o Governo Federal possui dois objetivos: reforçar a estrutura de suas próprias instituições e armar as polícias.

Alternativamente ao caminho federal, organismos multilaterais também participam do financiamento de políticas de segurança. Atualmente o Banco Interamericano de Desenvolvimento possui 13 projetos dentro da categoria de “Investimento Social – Segurança Cidadã” que totalizam US\$ 317 milhões, quase todos aprovados até 2018. As entidades multilaterais não financiam a compra de armas e viaturas, mas têm como objeto a implementação de melhores práticas para as instituições de segurança, treinamento e capacitação dos gestores públicos.

Vale destacar que os programas também buscam atacar fatores de risco subjacentes, como falta de habitação, emprego, educação, formação de jovens. Há uma preocupação em agregar aos projetos experiências de sucesso já testadas e promover políticas públicas pautadas em evidências.

Ocorre que, por terem menor capilaridade com Estados e Municípios e operarem com moedas estrangeiras, a atuação dessas instituições é limitada. O resultado é a dependência de instituições financeiras públicas para ganharem escala.

Não obstante, a visão de políticas fomentada por instituições como o BID começa a encontrar eco no Governo, que estuda iniciativas similares. Um dos destaques é uma parceria entre BNDES, BID e o Ministério para implementar ações para redução de homicídios. A proposta dos bancos é desenvolver uma política que encare o problema da segurança pública de forma proativa, focada, com ações integradas, multidisciplinares e pautada em evidências. Outra iniciativa é o “Município Seguro” desenvolvido em formato piloto pelo BNDES. O projeto possui quatro componentes: “Fortalecimento do SUSP”, “Prevenção da Violência”, “Modernização Policial” e “Justiça e Ressocialização”. Vale destacar também uma inovação em desenvolvimento, a constituição do primeiro fundo de *endowment* para segurança pública do Brasil, que contaria com aportes do próprio BNDES e de parceiros privados para investir em iniciativas de impacto.

No entanto, a troca de toda a direção do BNDES em junho, a obsessão da gestão em “abrir a caixa preta”, e a visão armamentista do atual governo somadas às disputas entre Sérgio Moro e Bolsonaro levam a crer que, infelizmente, essas ideias terão dificuldades em prosperar.

O financiamento público da segurança no Brasil possui uma orientação evidente em programas genéricos e com foco nos insumos. Quando não financia armas, viaturas e presídios, a União se preocupa em investir em suas instituições, em detrimento dos Estados e municípios. É um modelo falido.

É preciso ter ciência de que existem alternativas e oportunidades se apresentando e ter sabedoria para aproveitá-las. Temos instituições fortes e capacitadas que podem ser os instrumentos para esse movimento. Em uma guerra, a forma como é gasto o dinheiro é determinante para o resultado final. Precisamos refletir como e com o que usamos nossos recursos, pois nesse momento estamos perdendo essa batalha.

Guilherme Abdallah Mundim

Aluno do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas na Fundação Getúlio Vargas-EASP.

<https://backup.forumseguranca.org.br/economia-e-seguranca/-4decc>

